O GLOBO
Publicado em 12/06/2024 - 05:57

Em derrota do governo, Pacheco barra MP criticada por empresas

DERROTA DO GOVERNO

Pacheco devolve parte do texto que causou reação do empresariado

CAMILA TURTELLI E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em um movimento pouco comum no cenário político, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu devolver ao Executivo parte da medida provisória (MP) que limita o crédito de PIS/Cofins para empresas. Nos últimos 40 anos, o Congresso devolveu apenas cinco MPs, além de uma devolução parcial de texto registrada em 2019. Foi a primeira vez que isso ocorreu no governo Lula.

A decisão representa uma derrota para a União, que via nessa iniciativa uma forma de aumentar a arrecadação em R$ 29 bilhões este ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou o impacto e disse estar disposto a conversar com o Congresso em busca de solução. Entidades empresariais haviam reagido ao limite ao uso do crédito tributário. Representantes da indústria e da agricultura afirmaram, porém, estar dispostos a negociar uma alternativa.

Com a decisão de Pacheco, o trecho devolvido da MP perde a validade imediatamente. Na véspera, Pacheco já havia se reunido com Lula para discutir a insatisfação causada pela medida. A leitura do setor produtivo é que o modelo de busca de equilíbrio fiscal com base apenas no aumento da receita começa a dar sinais de esgotamento.

Pacheco justificou a decisão com o argumento de que a MP descumpre uma das regras da Constituição, a de que qualquer mudança tributária precisa ser aprovada 90 dias antes de entrar em vigor, a chamada noventena. Ele citou ainda que isso causaria enorme impacto no setor produtivo. É prerrogativa de Pacheco, como presidente do Congresso, avaliar a constitucionalidade de medidas provisórias e, quando julgar necessário, devolver a MP.

— Com absoluto respeito à prerrogativa do Poder Executivo, de Sua Excelência o presidente da República na edição de medidas provisórias, o que se observa é o descumprimento dessa regra do artigo 195, do parágrafo sexto da Constituição Federal, o que impõe a esta presidência do Congresso Nacional impugnar esta matéria com a devolução desses dispositivos à Presidência da República — disse Pacheco.

Mais cedo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, se reuniu com o presidente Lula para discutir o tema. Após o encontro, disse ter ouvido do presidente que a MP seria retirada. Após a declaração de Pacheco sobre a devolução, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que a decisão teria apoio do governo.

— Vossa Excelência (Pacheco), com sua tranquilidade, seu jeito negocial, em vez de recolher qualquer tipo de arroubo, acabou encontrando solução que, posso lhe garantir, tem o aplauso do presidente da República, tem meu aplauso, independente de eu achar a melhor solução ou não. O importante é achar um caminho. É melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim — afirmou.

Justificativa. Pacheco diz que MP não cumpriu regra da noventena

BRENNO CARVALHO

A MP tem sete artigos. Pacheco revogou os que tratam exatamente da limitação aos créditos de PIS/Cofins, tornando essa parte sem efeito.

HADDAD BUSCA ALTERNATIVA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a devolução da espinha dorsal da MP, encampada pela pasta como uma forma de compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam e de municípios de pequeno e médio porte. Haddad disse que ainda não tem plano B, mas disse que a equipe está disponível para dialogar com o Congresso em busca de uma solução.

— O Senado assumiu uma parte da responsabilidade por tentar construir uma solução, pelo que eu entendi da fala do próprio presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — disse Haddad ao deixar o prédio da Fazenda. — Nós vamos colocar toda a equipe da Receita Federal à disposição do Senado para tentar construir uma alternativa.

Haddad disse ter sido informado na segunda-feira por Pacheco da possibilidade de devolução da MP.

— Vamos tentar encontrar um caminho, a equipe está toda disponível, eu estou disponível. Vamos sentar com o Congresso — afirmou.

O ministro disse que o que restou da MP é positivo porque ajuda a combater fraudes, diante da exigência de o contribuinte explicar, com embasamento, porque não está recolhendo os impostos devidos. Haddad disse que a Fazenda identifica indícios de fraude ou uso indevido da compensação tributária, em torno de R$ 25 bilhões.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins, afirmou que o setor produtivo está disposto a colaborar, mas que gostaria de ser chamado para dialogar com o governo para uma nova solução:

— É ele (o setor produtivo) que paga a conta, é ele que recolhe os impostos. Nós somos de diálogo.

Alban, da CNI, reforçou:

— O setor produtivo não pode ser mais onerado do que é.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 13

Copyright © Clipclap 2025.